ATA DA XVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS CONTAS, DATA: 09/04/2015. LOCAL: No Auditório do Posto Avançado do INEMA, localizado na Praça Duque de Caxias, s/n, Jequiezinho, município de Jequié/BA. **PRESIDÊNCIA**: Aurelino Barros Meira; **RELATORIA:** Secretária ad hoc a Sr.ª Rita Silva Braga, em função da ausência da Sr.ª Suleny Nunes Ribeiro. **ABERTURA:** Abertura da reunião com composição da mesa solene: Presidente Sr. Aurelino Barros Meira; Secretária *ad hoc* Rita de Cássia Silva Braga, Sr. Edison Ribeiro dos Santos, Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental, representando o Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, o Sr. Bruno Jardim da Silva, Diretor de Águas do INEMA, o Sr. Marivaldo Oliveira Dias Coordenador de Interação Social/INEMA, e o Sr. Jonkarlos Andrade, Coordenador do Posto Avançado do INEMA em Jequié/BA. Em seguida o Senhor Presidente, declarou instalada a Mesa Diretora do CBHRC para a XVI Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, e passou a leitura e aprovação da pauta. **PAUTA**: Aos nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, aprovou-se a seguinte Pauta: **I.** Abertura da sessão com a composição da mesa e verificação de quórum; **II.** ORDEM DO DIA: PAUTA com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA, na ausência do Secretário estava presenta o Superintendente Sr. Edison Ribeiro dos Santos, a frente da SPA - SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO AMBIENTAL representando o Secretário Dr. Eugênio Spengler – Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia, para falar sobre os seguintes assuntos: 1. Construção de uma Agenda de Trabalho entre a SEMA/INEMA e o CBHRC; 2. Consulta Pública que vem sendo coordenada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a priorização dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de âmbito Nacional; **III.** Informes e comunicados; **IV.** Deliberação do procedimento de preenchimento e complementação das Vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 20 de novembro de 2012; **V.** Deliberação sobre o desligamento de membro titular do CBHRC; **VI.** Deliberação do Calendário de 2015, para realizações das Reuniões Ordinárias do CBHRC; **VII.** Informação sobre andamento do Plano de Recurso Hídricos da Bacia do Rio das Contas – com a presença do INEMA; **VIII.** Atualização e escolha de novos membros para as Comissões existentes no CBHRC; **IX.** Encaminhamentos; **X.** Conclusão dos trabalhos e encerramento. Iniciou-se a reunião com a verificação do quórum que contou com a presença de 14 (quatorze) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes, conforme lista de presença (anexo). Constatou-se há existência de quórum suficiente para realizar a XVI Reunião Plenária Ordinária do CBHRC. Antes de passar a palavra para os membros da mesa solene, o Presidente informou que seriam lidos dois ofícios. O primeiro ofício trata-se da entrega de um dossiê para o Superintendente da SPA, pelo presidente do CBHRC, contendo todas as ações e os trabalhos realizados pelo CBHRC do ano de 2012 até a presente data. No dossiê contem: as Atas, as Deliberações, as Moções, todos os Ofícios emitidos, bem como demais documentos relatando o que aconteceu na Bacia desde o baixo ao alto rio das Contas. O presidente relatou que o documento tem muita coisa que não é nada agradável, uma vez que contém todas as demandas, conflitos e problemáticas de dois anos de gestão da atual Diretoria. O segundo ofício foi lido pela secretária interina, que abordava demandas relacionadas com a Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), solicitando incentivos aos serviços que são realizados para manutenção e/ou recuperação das áreas de preservação permanentes existentes na Bacia Hidrográfica do Rio das Contas. Ainda no mesmo ofício o CBHRC solicita da SEMA, incentivo para gestão ambiental na bacia do Contas, capacitando ou disponibilizando técnicos da SEMA aos municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, para a elaboração do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR). Após a leitura o presidente fez um apelo ao representante da SEMA para que sensibilizasse a Secretaria para as questões abordadas. Na sequencia o Presidente, passou a palavra aos membros da mesa.

Fizeram uso da palavra o Sr. Jonkarlos Andrade, representando o PA do INEMA em Jequié/BA, que saudou a mesa e ressaltou a importância da realização dessa reunião, e que está acontecendo num momento oportuno, pois o país enfrenta uma grave crise hídrica que teve mais visibilidade por estar atingindo o sudeste, pois a falta de água sempre foi uma realidade do nordeste e pouco se dava importância, mas agora a crise passou a ser brasileira. Dando continuidade Jonkarlos falou da atuação do INEMA na região, que a fiscalização tem sido realizada, relatou que os técnicos fizeram uma apreensão na propriedade de um professor, que desmatou 15,0 hectares, tendo sido constatado que uma nascente secou na propriedade. Em seguida conclamou os representantes dos municípios para que se unissem com ações práticas em prol da água "se o fazendeiro que desmatasse perdesse a fazenda isso acabaria". Pediu o apoio da SEMA para amparar as ações do INEMA de Jequié que é um posto avançado e tem recebido críticas dos prefeitos, pois Jequié faz parte da UR de Vitória da Conquista, se Jequié tivesse mais autonomia poderia fazer muito mais. Encerrou pedindo o apoio dos presentes e da atual gestão da SEMA para que reforce o trabalho do INEMA de Jequié, pois o Posto Avançado vai fazer um trabalho nos municípios, dando prioridade as ações de Educação Ambiental e demais ações de forma assídua e que o CBHRC possa interagir e estar a todo instante reforçando a importância da flora e da fauna para o nosso país. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Sr. Marivaldo Oliveira representante da CODIS – COORDENAÇÃO DE INTERAÇÃO SOCIAL, que saudou a todos em nome do presidente do CBHRC, em seguida se apresentou informando que tomou posse a pouco tempo nessa coordenação que faz parte do sistema SEMA/INEMA, ressaltou a importância e função da CODIS que é a de garantir a infraestrutura para participação da sociedade civil (membros titulares do CBHRC) como deslocamento e demais mecanismos que garantam essa participação efetiva. Falou ainda que no atual momento o Secretário Eugênio Spengler compreendeu que a tarefa da CODIS vai além, que deve ter um papel maior de mobilização social, sobretudo os conselhos das UCs e Comitês de Bacias. Falou também que a CODIS precisa dar conta da mobilização e que a articulação deve ir além da estrutura interna, que precisa articular junto com os Comitês, no sentido de ampliar o diálogo com a sociedade, estimular a participação das prefeituras, dos gestores e empresários. Finalizou informando que o Secretário Eugênio tem um pauta que é a democratização com foco na capacidade de produção e na definição das prioridades de uso, além da preservação, produção de água, reflorestamento, certificação, e que todos esses elementos são objeto de debate e deliberação e estão na pauta do sistema SEMA/INEMA. "Entro na coordenação para ajudar, participar do debate e aprender com os Comitês para que possamos criar junta uma pauta de discussão e debate. Em seguida fez o uso da palavra o Diretor de Águas do INEMA, o Sr. Bruno Jardim, que saudou a todos os presentes e iniciou sua fala enfatizando que fica feliz ao chegar ao CBHRC e ver um trabalho interessante, com uma quantidade expressiva de pessoas participando, e após fez uma retrospectiva de quando se iniciou o trabalho com águas no ano de 1983 na Secretaria de Recursos Hídricos quando foi convidado para trabalhar no planejamento de Recursos Hídricos, e nessa época ainda não se falava em gestão de RH e lá ficou por 3 anos. Depois em 2004 voltou a SRH – Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia e agora esse ano retorna para o INEMA como Diretor de Águas. Relembrou ainda que em 1991 a Bahia passou a ser referencia com relação a outorga no país e com isso várias ideias surgiram, dentre essas ideias o Estado entendeu que dentro de um ano, teria de ter seu Plano Estadual de Recursos Hídricos, e pudesse avaliar em âmbito nacional e ver quais mudanças seriam necessárias para adequar para a nossa realidade. Deixou claro que todos os membros do Comitê estão cumprindo uma função de Estado, e que todos estão dentro do Sistema SEMA/INEMA. E ainda fez referencia ao dossiê e pediu que tirassem cópia pois é um documento mito importante. Encerrou sua fala ressaltando sua felicidade em ver o CBHRC funcionando, dando respostas, e citou que a estratégia do governo é fazer a sociedade

entender que ela precisa transformar, e que o processo de participação da sociedade na discussão dos problemas ambientais ainda está em construção e é um processo lento, por fim enfatizou que a SEMA pretende trabalhar na linha do diálogo e que o CBHRC evoluiu muito nesse processo e que tem muito a ensinar aos outros Comitês. Dando sequência, o Presidente agradeceu as palavras e ressaltou que servem de incentivo para os membros do CBHRC, que foram convidados a ficar de pé. Em seguida passou a palavra ao representante do Secretário Eugenio Spengler, o Superintende da SPA, o Sr. Edison Ribeiro, que saudou a todos e todas em nome do Secretário Eugênio, que mesmo estando programado a tempo, não pode comparecer por estar em maratona de reuniões sistemáticas da Secretaria. Referenciou o governador Rui Costa e disse que o mesmo tem cobrado uma determinação de governo ao fazer a Gestão das Águas e dos recursos naturais. Disse que assumiu a atribuição que lhe foi dada, com felicidade e que está em maratona de reuniões e encontros e vai seguir uma pauta de reuniões com a diretoria dos Comitês de Bacias, com as empresas e avaliar os estudos e relatórios de quem vive e quem conhecem e sabem os problemas e soluções da Bacia. Falou que é com esse compromisso que a CODIS está presente nessa reunião e que esta na pauta do Secretário. O Presidente desfez a mesa e pediu que o Sr. Edson permanecesse na mesa, pois a pauta é com ele, mas reforçou que o mesmo ficaria até meio dia. Saudou a chegada do Vice-presidente do CBHRC o Sr. Frederico Maciel, verificou o quórum, seguido da leitura da pauta e aprovação da mesma pela Plenária. O Sr. Bruno fez uma sugestão de complementação e disse que teve uma reunião com a ANA sobre a operação de alguns açudes que estão em rios estaduais e estão sob domínio da UNIÃO, gostaria de complementar o item I da pauta, que não avisou antes, pois a reunião aconteceu na segunda feira. O Presidente deu a palavra ao representante da SEMA, que falou sobre a função do Estado e que o Estado quer o fortalecimento dos Comitês pois precisam de mais apoio para seguir com essa caminhada, especialmente agora que o CBHRC está em fase de elaboração do seu Plano de Bacia, citou ainda que a questão ambiental e os recurso hídricos se integram, que infelizmente os legisladores não entenderam dessa forma ao separarem as duas políticas e que a ideia que esses Sistemas se integrem e possam dialogar, pois tudo tem interferência no meio ambiente, seja um desmatamento que interfere na nascente ou outras questões que estão interligadas. Reforçou que precisamos fortalecer todos os espaços, fortalecer o Sistema Municipal de Meio Ambiente, que os legisladores não pensaram no município na Gestão das Águas, deixando somente para o Estado e a União essa tarefa. Que o Secretário Eugênio chama atenção para esse fortalecimento. Citou a Lei Complementar 140 como uma inovação, pois o Licenciamento e Fiscalização são instrumentos importantes na gestão ambiental. Que é preciso saber como tem acontecido a Gestão Ambiental Municipal, se as Secretarias Municipais estão bem aparelhadas, pois cabe aos prefeitos marcharem para Brasília, pedindo melhores condições de modo a atender as demandas dos municípios e das bacias. Citou que a SEMA tem 08 consórcios formados como forma de apoiar o fortalecimento da gestão dos territórios, que o governador Rui Costa tem como prioridade fortalecer os territórios. Que a SEMA apoia por meio dos consórcios públicos, com recursos para contratar equipe técnica, além dos 08 citados tem 06 consórcios em andamento, como forma de fortalecer a Gestão Ambiental Municipal. Reforçou que o estado tem o papel de renovar o compromisso do Sistema SEMA INEMA com os comitês, falou que o Posto Avançado do INEMA de Jequié tem uma boa estrutura, que a secretaria vai dar apoio ao CBHRC com sala, telefone, internet, computador, apoio técnico da casa local. Garantir a reunião ordinária, garantir o acompanhamento do plano, que além da DIRAG - Diretoria de Águas a Superintendência vai acompanhar de perto. Que esses são os compromissos em nome do Secretário Eugênio e que a Superintendência renova esse compromisso com o CBHRC. Falou de outro instrumento que é uma deliberação do Governador Rui Costa, que é a cobrança pelos recursos hídricos, como será essa cobrança e que muitos dizem que a cobrança não é uma taxa.

Como será o valor, e esse valor deve ser acordado, pactuado para não inviabilizar os empreendimentos, pois a lógica é que a cobrança seja um instrumento de apoio à gestão da Bacia e não mais um instrumento de arrecadação, uma vez que a Lei determina que os recursos provenientes das cobranças devam ser usados prioritariamente em benéficos da bacia. Que tudo vai ser analisado e mais que cobrar é saber o quanto essa cobrança vai impactar nas ações de recuperação da bacia, além de beneficiar quem promove ações positivas e "punir" quem impacta a bacia, ou seja, paga mais que impacta mais. Que essa cobrança vai vim com a filosofia de compartilhar e informar tudo sobre a bacia e que o empresário não vai sentir no bolso, que ele não vai dificultar essa cobrança, pois o Comitê vai aprovar um plano de aplicação anual, e que o Comitê tem autonomia para ditar o plano de aplicação dos recursos na bacia. Que precisamos ter uma educação cidadã, educação ambiental em prol do desenvolvimento econômico, que os usuários tenham a função social de devolver os benefícios para a bacia. Que as bacias que cobram pela água tem um índice baixo de inadimplência. O ganho maior da cobrança é trazer o usuário para discutir ações a longo prazo de melhoria da bacia. Chamou a atenção para a instituição das Agencias de Bacia/ ou entidades delegatórias que cumprem o papel da agência de bacias, que terá um papel importante na gestão financeira e operacional da Bacia Hidrográfica. Não cabe cobrar pela água e deixar a cargo do INEMA, pois esse é um compromisso do governador Rui Costa, do Secretario Eugênio e meu como Superintendente. Sobre o Pagamento por Serviços Ambientais não precisa falar muito, pois a lei existe e está sancionada, o Secretário Eugênio convocou para dialogar com as Secretarias interna para organizar as consultas públicas nos territórios para regulamentar o Decreto. Que na Bahia já existe o programa produtor de água, mas citou 04 serviços fundamentais: i)Pagamento por serviços ambientais (Produtor de água, beneficiar que protege nascentes), ii) Brigadistas voluntários de incêndios (instituirá um fundo que possibilitará pagar por esses serviços. Deve mapear as brigadas), iii) Catadores de recicláveis (serviço ambiental) e iv) CEFIR (CAR) – regularizar ambientalmente até maio de 2017 e se tiver passivo ambiental, tem até 20 anos para recuperar o passivo, explicou que o Estado tem um compromisso legal com os pequenos proprietários que não tem condições de custear e que a Bahia tem mais de 70.000 propriedades que estão dentro dessa categoria e não tem como fazer todo o trabalho, mas haverá parceria e termos de cooperação com entidades ATER/ Escola Família Agrícola/ e demais entidades e que o INEMA dará o apoio par avaliar o trabalho dessas entidades. Encerrou a fala se colocando a disposição do Comitê para o que ocorrer. O presidente deu um intervalo de 5 minutos, em seguida iniciou a sessão de perguntas e respostas. O Sr. Nilton Barros fez uma observação sobre a fala do Superintendente, que falou sobre o apoios aos consórcios e o fortalecimento dos Comitês, na gestão passada a qual ele era o Secretário do CBHRC, que das 04 (quatros) reuniões anual, só realizaram duas, por falta de apoio as entidades, lembrou também que em Itacaré a reunião foi cancelada por falta de recursos para participação da sociedade civil. Lembrou que dia 22 de março foi dia da água, mas que não teve nada nenhuma mobilização. Em seguida Domingos Ailton do Grupo Ecológico Rio das Contas, falou dos empreendimentos na região que impactam a bacia e não tem visto fiscalização, que as Licenças que são concedidas não estão acessíveis a sociedade para que tenha conhecimento sobre os condicionantes, que uma empresa recentemente veio fazer pesquisa e que essa pesquisa impacta, que o governo do estado levante os condicionantes das licenças emitas na bacia e veja se estão sendo cumpridas. Citou que o GERC tem o projeto reflorestar vida e que não tem apoio e questionou quando a SEMA vai abrir edital de financiamento, pois o último foi muito burocrático e inviabilizou a participação de muitas instituições por conta das exigências. Seguindo a sessão de perguntas o Sr. José Antonio representante da Secretaria de Meio Ambiente de Ibirapitanga falou sobre o PSA, que as leis brasileiras trabalham no sentido de punir o infrator, e que não adianta fiscalizar por satélite e outros recursos mais, pois as leis

deveriam beneficiar mais quem preserva, temos que aprender a valorizar o benfeitor, pois não entende qual seria o critério da lei para beneficiar o agricultor que preserva, temos que mudar a forma de proteção ambiental. Ibirapitanga tem uma lei municipal de Pagamento Por Serviços Ambientais. Finalizando o Sr. Edison respondeu aos questionamentos e observações. Falou com Nilton Barros que não está para fazer discurso bonito, e não cabe culpar ninguém e que a Superintendência está assumindo e sua equipe também. Que já foi sociedade civil e hoje é governo e que isso é um compromisso, temos que fazer o que é competência do Estado dar apoio logístico, operacional e técnico, infelizmente falharam e que a Secretaria Executiva de Comitê é isso. Já foi presidente do Comitê Verde Jacaré quando nem lei existia, as observações de Nilton são oportuna que Marivaldo tem uma atribuição a mais de fazer a mobilização Social e que cabe ao Comitê cobrar e cobrar com antecedência e que não quer repetir os mesmos erros. Sobre as observações de Domingos Ailton falou que a fiscalização compete ao município como ente Federado fazer, e não é mesmo, não sendo a melhor parte para se fazer, mas tem que ser feita. Jonkarlos pediu a palavra e falou sobre a fragilidade dos municípios por não ter equipe técnica para exercer a gestão ambiental. O Superintendente colocou a SEMA à disposição e tem todas as informações para dar aos municípios. Respondendo a segunda pergunta de Domingos falou do PPA e falou do edital FERFA 2 que vai ser lançado, citou ainda editais de Cooperação Internacional abertos para essa finalidade. A partir desse projeto piloto a Superintendência de Estudos e Pesquisa tem uma diretoria de biodiversidade e florestas e Unidades de Conservação e que vai dar seguimento ao reflorestamento na Bahia que foi pensado inicialmente em implantar 700.000 ha de florestas. Sobre o PSA, parabenizou o município de Ibirapitanga e voltou a falar do Projeto de lei e que vai passar por consultas públicas e que a meta é implementar o PSA no Estado da Bahia. Dando sequência o Presidente abriu para o segundo bloco de perguntas. O Sr. Noel falou que a fiscalização é de responsabilidade do município e que eles têm essa dificuldade de fiscalizar, o município pede a doação de carros para melhorar. O Sr. San Martin, representante da CHESF, referiu-se à fala do Sr Edison sobre a criação da Agência de Bacia do rio de Contas para cobrança pelo uso da água já a partir de janeiro/2016, questionando se não haveria incompatibilidade de criar a Agência antes de estar concluído o Plano de Bacias, que está com o cronograma de implantação bastante atrasado. Respondendo ao segundo bloco o Sr. Edison evidenciou o trabalho que o município de Boa Nova tem realizado e nesse sentido a SEMA busca criar uma alternativa diferenciada para a gestão de parques, com uma equipe que trabalhe em todas as áreas das Unidades de Conservação, que vai lançar um edital para as UCs estaduais para a gestão compartilhada de modo às empresas como compensação ambiental fazerem a gestão dessas UCs e com relação ao veículo que ele como superintendente não pode se comprometer. Respondendo a San Martin: pode haver incompatibilidade entre instituir a cobrança pelo uso da água sem estar o Plano de Bacia concluído, mas o Secretário tem esse entendimento de que não faz sentido instituir a cobrança de uso fora de uma agenda paralela de criação da agencia e que deve dar essa atribuição ao INEMA de gerir inicialmente os recursos. E quando instituir a cobrança vai ser outro recurso que vai ser cobrado e faz parte da estratégia do Governo do Estado lançar esse processo de instituição da cobrança e criar esse instrumento estadual para a cobrança pelos recursos hídricos. Que pode fazer um processo transparente com chamadas para criar agências delegatórias. Citou a Agencia de Bacia Peixe Vivo que faz a cobrança na Bacia do Rio São Francisco. Falou dos mecanismos de cobrança pela RPG não apenas por uma bacia única para estudar a viabilidade e que não é determinante instituir a Agência de Bacia sem o Plano de Bacia, embora a lei não vincule é necessário. O Diretor de Águas Bruno Jardim complementou a fala de Edson citando que os comitês discutam os gastos nos subprogramas que estão programados, tem no site da ANA e lá tem os programas e subprogramas, que onde os recursos podem ser gastos e tudo que o Estado fizer deve ter

consonância com o Plano Nacional. Abriu-se para o terceiro bloco, que iniciou com a fala do vice Presidente e Secretário de Meio Ambiente de Brumado, o Sr. Fred, que se apresentou e disse que ao assumir a secretaria no seu município procurou estruturar pasta de meio ambiente, e no município tem um código de meio ambiente e com relação à Gestão dos Recursos Hídricos a lei determina que compete ao Estado, mas lá tem problemas sérios com nascentes, poços artesianos, Brumado tem mais de 10 empresa de perfuração de poços. Questionou qual o papel do município com relação à outorga, como o município pode atuar nessa gestão? E já observa que ocorre na região migração de pessoas em busca de locais onde têm nascentes. E questionou ainda se os municípios estão contemplados com relação ao CEFIR. Outro questionamento foi do Sr. Emerito que o atraso na elaboração do plano como sendo providencial, pois muita coisa mudou nesses anos e hoje tem dados sobre balanço hídrico e que isso já vai ser um resultado mais fiel, pois de posse do cadastro vai facilitar a coleta de informações. Questionou sobre a tarifa de energia mais alta por conta da bandeira vermelha e com isso os produtores optaram por medidor de dupla tarifa, mas encontra problemas, pois a Coelba só oferece o relógio com outorga e que a burocracia não deixa adquirir a outorga. E que vão deixar de produzir alimento e vai encarecer o que fazer para regulariza essa situação da outorga no Estado? O Sr. Edison respondeu ao Sr. Fred que temos que inverter para um processo educativo e de convencimento, e se for necessário usar a força da lei que deve usar os rigores da lei. No caso do gestor municipal a competência é legítima. Mesmo que o município não tenha competência para os recursos hídricos, deve usar o principio da precaução garantido por lei. O Sr. Fred citou o caso da Magnesita que tem nascentes e que a empresa preserva a APP, mas capta somente para sua área industrial e que o órgão licenciou e deixa funcionar e nesse caso como o município pode atuar nesse sentido. Com relação ao CEFIR, a SEMA pode firmar com o município convênios para o CEFIR. Finalizou informando que estão em fase atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos para ter esse diagnóstico em âmbito estadual. Emérito questionou o que seria feito com quem precisa trabalhar. O Sr. Bruno falou que se não tem água não pode dar outorga, pois cada região tem suas limitações, e o Comitê pode deliberar sobre isso e que a outorga dá essa segurança, pois só pode ser liberada se tiver disponibilidade. Pode haver um pacto entre as pessoas que estão lá para definir o aperfeiçoamento do processo de quem tem outorga para determinada demanda e utiliza 50% desse quantitativo outorgado e isso seria uma forma de gestão do ponto de vista do que é possível distribuir. O Sr. Presidente deu por encerrada a parte da manhã e pediu as considerações finais do superintendente. O Sr. Edison falou que Secretario Eugênio dialoga e pactua com COELBA e Secretarias de Estado, no sentido de fazer gestão sem impor e fazer da melhor forma dentro das competências de cada ente e que a partir de agora os bancos vão pedir o CEFIR para financiar. E que todos devem buscar os mecanismos legais que tem à disposição. Agradeceu a participação de todos e quer assumi o compromisso de estar sempre que puder nas reuniões e dará o apoio necessário assim que solicitado. Pediu colaboração do CBHRC e Câmaras Técnicas para termos um Plano possível se não o ideal. O Sr. Presidente encerrou convocando a todos para estarem de vota às 14:00. Retomando as atividades na parte da tarde, dando início às 14h00min. A Sr. Claudia Freitag, representante do Consórcio Águas da Bahia apresentou Ives Guimarães que substituiu Flavia na secretaria do consórcio que funciona ainda no prédio da FETAG em Jequié. O presidente iniciou os trabalhos, informando uma mudança na ordem da pauta com a apresentação do Sr. Bruno que não pode ser realizada pela manhã. O Sr. Bruno complementou a fala do superintendente ressaltando que sua apresentação seria uma provocação, mas provocação de parceria. Contou a história da gestão das águas no Brasil. Resgatou o código de águas em 1934 para situar o contexto atual. Questionou qual o campo de ação do comitê e que nosso modelo de gestão ambiental precisa de comitês, citou que durante a manhã foram discutidos muitos impactos que refletem nas águas, mas questões de água

foram poucas. A Sr. Alvina pediu a palavra e quis um exemplo do que seria questão de água? O Sr. Bruno respondeu que a outorga seria um exemplo. Respeitar as especificidades da água e de cada região, citou a dispensa de outorga que no modelo atual, generaliza a vazão mínima, quando na verdade cada bacia/rio deveria ter sua vazão, a cobrança pelo uso da água seria outra questão de água. Que estamos construindo junto um plano, que é de todo mundo. E que a cobrança deve ser compreendida como instrumento de gestão, pois quando cobrar cada um vai pagar pelo uso e com isso todos vão sentir a necessidade de economizar. Conclui que o Secretário pede ajuda dos comitês no sentido de cumprir com as atribuições ao comitê delegadas. Citou a reunião com o DNOCS e a ANA para estabelecer regras de utilização da água nas bacias e liberação de outorgas, e que a ANA conclama a presença do Comitê nesses debates. Evidenciou ainda a necessidade da participação das prefeituras uma vez que a lei federal é clara na corresponsabilidade das prefeituras. Como provocação questionou que quando projetarmos cenários para o futuro qual seria o papel dos colegiados? Que de todos os comitês da Bahia o Contas é o melhor, mas ainda tem muito que melhorar. Pediu que os membros do comitê lessem o ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico e se prontificou a qualquer momento vim a uma reunião do comitê explicar a parte de Recursos Hídricos do ZEE. Dando seguimento o Presidente franqueou a palavra aos presentes. O Sr. Maurílio do INEMA Jequié deu informação sobre o andamento do Plano de Recursos Hídricos, que o responsável do INEMA de Salvador não pôde estar presente, mas pediu que o Sr. Bruno o Diretor de Águas pudesse apresentar e informar como está o andamento do Plano. O Sr. Bruno entregou o relatório 03 de andamento das atividades do plano que a empresa encaminhou para o comitê e a câmara técnica e informou que vai haver uma mudança na dinâmica de apresentação dos produtos do Plano, mas ainda vai se reunir com representantes da empresa para alinhar detalhes, em seguida entregou o relatório para as câmaras técnicas discutirem. Dando seguimento o Sr. Melo perguntou sobre o Código Florestal, e as nascentes e o que a DIRAG pode fazer. Dando seguimento o Sr. Presidente passou para os informes. A plenária de Itacare não teve quórum, mas teve reunião somente não deliberaram, que a ata da reunião será disponibilizada no e-mail, mas não terá aprovação e consta apenas assinaturas do presidente e da secretária Suleny. Informou sobre o evento do CRIAR – II Jornada Sustentável do Semiárido que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de julho do corrente ano, em comemoração aos 03 anos do CRIAR. Seguindo convidou o Sr. San Martin para informar sobre a vazão da barragem uma vez que as comunidades estão questionando. O Sr. San Martin esclareceu que a Usina da Pedra é uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH que gera energia para manter a vazão mínima de restrição do rio acordada com a ANA e INEMA. Acrescentou que a vazão mínima praticada habitualmente é de 6,0 m³/s, mas foi reduzida para 4,0 m3/s quando o volume de água acumulada no reservatório ficou muito baixo, o que também evitou maiores problemas para os irrigantes a montante. Com a recuperação do volume de água do reservatório, atualmente em torno da cota 219,0 metros, a CHESF consultou a ANA para voltar a praticar a vazão defluente de 6m³/s e está aguardando resposta. Com relação aos aumentos de vazões verificados, informou que foram temporários e necessários para atender a contingências no sistema elétrico de transmissão. Uma ocorrência registrada em janeiro/2015, causada por defeito permanente na linha de transmissão de 138.000V Funil/Ipiaú/Jequié, de propriedade da COELBA, e outras duas vezes em março e abril/2015 devido a defeito em equipamentos na subestação de Funil, da CHESF. Nessas ocorrências, que duraram poucas horas cada uma, a geração da Usina da Pedra foi importante para manter parte das cargas de Jequié energizadas e para evitar sobrecarga em equipamentos na subestação de Funil, assegurando a qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica aos consumidores. O outro informe foi do Sr. Leonardo da UNIRIO, que falou sobre o aumento de vazão de 4m³/s para 6m³/s a população pode sofrer lá em cima, se essa vazão aumentar a população ribeirinha pode ficar sem água para

o consumo humano, será que não pode segurar um pouco já que o reservatório está tranquilo? San Martin acrescentou que as contingências citadas ocorrem com pouca frequência e influenciam muito pouco na cota do reservatório. A CHESF pode fazer uma projeção do volume do reservatório até o final do ano, considerado as vazões defluentes de 6m³/s e 4m³/s (metros cúbicos por segundo), além de outras variáveis, e informar ao CBHRC para repassar essas informações à população e irrigantes de montante. O Sr. Bruno sugeriu uma pauta para um encontro para falar de hidrologia para gestores públicos e se colocou a disposição do CBHRC. O Sr. Pedro do DNOCS pediu uma palestra do Sr. Bruno com essa temática na sua região. O Sr. Melo pediu parceria da DIRAG. O Sr. Marivaldo disse que vai ampliar a participação no comitê. E seguida mais um informe do Sr. Fred que a pedido de Angela Leony Coordenadora da ARIE Nascente do rio das Contas. O Sr. Fred leu o documento que cotia como conteúdo três moções que fora deliberada e aprovadas pelo Conselho Gestor da ARIE Nascentes do Rio de Contas em reunião ocorrida no dia 18 de março na cidade de Abaíra: Moção 1 - Solicitação ao INEMA da elaboração do Plano de Manejo da ARIE Nascentes do Rio de Contas, UC criada em 05 de junho de 2001 para proteger as suas nascentes e que passados 14 anos ainda nem possui diagnóstico; Moção 2 - Solicitação ao INEMA de esclarecimento sobre a liberação da perfuração dos dois poços para servirem a grandes empresas na região dos Três Morros, próximos às comunidades tradicionais de agricultores familiares, a exemplo da comunidade da Ressaca e das Porteiras; Moção 3 – Solicitação ao INEMA da apresentação dos resultados da operação de fiscalização no rio Machado, solicitada pelo Conselho da ARIE e ocorrida no final de 2014, mas que não teve resultados visíveis, pois continua a grande proliferação de poços e de captações superficiais supostamente irregulares. Informou ainda sobre uma reunião com o Promotor publico para discutir sobre o agronegócio nos Gerias de Piatã. Que esse encaminhamento foi dado para definir datas e locais das audiências públicas. O Sr. Melo divulgou e distribuiu o Mapa-Folder do Projeto "Atrativos Naturais do Município de Boa Nova", que acontece nas UC's, do Parque Nacional e Refugio de Vida Silvestre, administradas pelos Técnicos do ICMBio do Governo Federal. Informou ainda, que enviará para o Presidente Aurelino, um Logo (proposta) do CBHRC, para ser apreciado pelos nobres conselheiros/as. O Sr. Presidente falou sobre as reuniões do CBHRC e que o intervalo de tempo de uma para outra é longo e ele tem o direito e dever de passar e comunicar tudo que o Comitê recebeu e encaminhou. Ainda como informes e comunicados o Sr. Aurelino leu as justificativa das ausências dos membros: Sr. José Angelo de Maracás; o Sr. Idauton de Abaíra; o Sr. José Carlos de Manoel Vitorino; o Sr. Manoel Sousa da Riocon; e o Sr. Gerson Gomes de Maracás. A plenária acatou as justificativas apresentadas. Informou sobre o recebimento do Álbum Seriado: Água e Cidadania, que recebeu da Diretoria de Educação Ambiental para Sustentabilidade/SEMA. Informou sobre o ofício circular 002 SECEX/SEMA, datado de janeiro de 2015, que foi lido pela secretária interina. Explicou que não respondeu, pois preferiu passar pela apreciação da plenária. Aurelino parabenizou Melo pelo evento da ONG Sol Azul na semana da água e informou sobre oficio do ICMBIO e ao final iria votar quem vai representar o comitê em Boa Nova. Informou sobre os ofícios e documentos enviados: Ofício 01/2015 do CBHRC para INEMA/CODIS; Ofício 02/2015 do CBHRC para INEMA/PA de Jequié; Ofício 03/2015 do CBHRC para SEMA/Diretoria de Educação Ambiental. Além dos ofícios 04 e 05 lidos e encaminhados hoje pela manhã para o Sr. Edison Ribeiro/SEMA. Em seguida o Sr. Presidente falou sobre o próximo ponto da pauta, Deliberação do procedimento de preenchimento e complementação das Vacâncias, resultante do processo de renovação do CBHRC, ocorrido no dia 20 de novembro de 2012. Vagas disponíveis no CBHRC: ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL: 03 Vagas de Titulares para Povos e Comunidades Tradicionais; 03 Vagas de Suplentes para Povos e Comunidades Tradicionais; 01 Vaga de Suplente para ONGS e OSCIPs. USUÁRIOS: 01 Vaga de Titulares para Usuário de Lazer,

Turismo, Esporte e outros usos não consultivo; 01 Vaga de Suplente Usuário de Lazer, Turismo, Esporte e outros usos não consultivos; 01 Vaga de Titulares para Usuário de Indústria e Mineração; 03 Vagas de Suplente para Usuário de Indústria e Mineração; 01 Vaga de Suplente para Usuário de Abastecimento Urbano e Lançamentos de Efluentes Urbanos; e 01 Vaga de Suplente para Usuário de Hidrelétricas. O Sr. Antonio Lourenço entregou documento como representante da comunidade indígena representando assim a cadeira dos povos e comunidades tradicionais. O Sr. Melo pediu que a ONG Sol azul tenha representatividade no comitê. O representante de Ibirapitanga informou que queria enviar a documentação para fazer parte do comitê. O Sr. Maurílio questionou se o pessoal de Itararé, representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais manifestou interesse. O Sr. Presidente respondeu que até a presente data não. Em seguida leu o próximo ponto da pauta, deliberação sobre o desligamento de membro titular do CBHRC, caso da FRIGEL. A secretária leu o ofício 006 de 2014 do CBHRC para a FRIGEL – Frigorifico e Estiva Jequié Ltda. Em seguida o Sr. Presidente passou para apreciação da Plenária que é soberana. A Plenária aprovou por unanimidade o desligamento da FRIGEL, em virtude do não comprimento do Art. 42º do Regimento Interno do CBHRC. Em seguida passou-se então para o próximo ponto de pauta que é a deliberação e aprovação do calendário de 2015, para realizações das Reuniões Ordinárias do CBHRC. Por orientação da CODIS o calendário precisa ser deliberado. Depois de um breve debate ficou aprovado por unanimidades de todos os presentes, o calendário de 2015, para realizações das Reuniões Ordinárias do CBHRC, com os seguintes locais (cidades) e datas: Ubaitaba/BA – 11 de junho - quinta feira, Jussiape/BA – 20 de agosto - quinta feira, e Dario Meira/BA – 19 de novembro – quinta feira. O Sr. Jose Antonio de Ibirapitanga se prontificou a falar sobre o programa produtor de água, quando o comitê quisesse e o Sr. Presidente colocou como próximo ponto de pauta. A Sra. Alvina da EMBASA se mostrou indignada, pois o Diretor da DIRAG não falou sobre o Plano de Bacias que falou apenas de cobrança e que as informações do Plano quem passou em linhas gerais foi Maurilio, mas o diretor disse que tinha informações, mas não as repassou. Maurilio falou da situação do plano em linhas gerais e que a DIRAG esta acompanhando mais de perto. O Sr. Ricardo Jucá da UESB informou que recebeu o contato por e-mail de um técnico do Consorcio Água da Bahia, solicitando informações sobre as questões ictiológicas e repassou referências bibliográficas que pudessem subsidiar o plano. O Sr. Nilton relembrou que foi informado pelos representantes do Consorcio quando da apresentação oficial do Plano, de que as informações levantadas nas oficinas compuseram o Plano e sugeriu que então se fizesse novas oficinas, mas não deram retorno. O Sr. San Martin externou que está indignado com a falta de informação sobre o Plano de Bacias e todos falaram e se mostraram indignados. O Sr. Maurilio explicou que o Plano é feito de fases, cinco fases e que parou no diagnóstico que não tem mais o que detalhar e que a câmara técnica fez seu trabalho. O Sr. Presidente informou que a próxima pauta deve iniciar com a situação atual do Plano e em seguida leu o próximo pontos de Pauta. Atualização e escolha de novos membros para as Comissões e Representações existentes no CBHRC. É preciso escolher 03 suplentes para representar o CBHRC no Forum Baiano de CBH (poder público, usuário e sociedade civil), ficaram assim compostos com os seguintes suplentes: Poder Público – Pedro Antonio de Oliveira Lima/DNOCS; Usuário – Manuel Castro San Martin/CHESF; e Sociedade Civil – Leonardo Brito Pires/UNIRIO. Aprovaram-se os dos dois nomes para representar o CBHRC no Conselho Gestor do Parque Nacional de Boa Nova, sendo o titular o Sr. Jonatas Silva Meira/Associação Planalto Iris e como suplente a Sr.ª Rita de Cassia Silva Braga/Instituto Vi-ver. A reunião do conselho será em 11 de maio de 2015, na cidade de Boa Nova. Aprovação da substituição do suplente na Comissão de Acompanhamento do Empreendimento do Vanádio, o Sr. Emerito Junior é o atual suplente, será substituído pelo Sr. Leonardo Brito, pois Emerito já representa a Associação de Porto Alegre e não pode representar

duas entidades na referida Comissão. As outras comissões existentes não precisam ser modificadas ou reformuladas. Por fim passou-se para os encaminhamentos. Foi pactuado que o comitê devesse deliberar sobre as baronesas em Ubaitaba. O Sr. Domingos Ailton leu um e-mail enviado para CBHRC, relatando sobre Mineradora degrada área de rio que abastece Jequié no Km 13 da BR 330 conhecida como região do Cajueiro, uma mineradora está fazendo enormes buracos em áreas de remanescentes da Mata Atlântica e de influência do Rio Preto do Criciúma, manancial que abastece Jequié. Relata também que o Grupo Ecológico Rio das Contas - GERC está encaminhando denuncia tanto para o Ministério Público Estadual quanto para o federal. Convoca também a direção de do Inema para que fiscalize essa Mineradora. Encaminhará o assunto do e-mail oficialmente para CBHRC na próxima reunião. O Sr. Ricardo fez um relato que a professora Lilian da UESB fez um trabalho na comunidade da Cachoeirinha e que a comunidade produziu um documento denominado "Carta da Cachoeirinha" relatando sobre as questões ambientais e pediu que fosse entregue e lido na próxima reunião. O Sr. Leonardo solicitou que o CBHRC fizesse um pedido à CHESF para que realizasse estudo das cidades à montante impactadas pelo aumento da vazão da Usina da Pedra, de 4m³/s para 6m³/s, mas San Martin falou que é competência da ANA e INEMA essa deliberação. O Sr. Aurelino solicitou que Leonardo Brito devesse encaminhar um documento oficial para o Comitê. O Sr. Melo informou que vai oficializar um documento para o Comitê e para outros entes sobre a importância da fiscalização ao longo de toda a bacia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Com a palavra final, o Sr.º Aurelino Presidente do CBHRC agradeceu à presença de todos e reforçou que a presença dos titulares foi muito importante. Nada mais havendo a registrar, o Presidente Sr. Aurelino Barros Meira e a Secretária ad hoc Sr.ª Rita de Cássia Silva Braga, agradeceram a todos pela participação na XVI Reunião Plenária Ordinária do CBHRC, dando por encerrada a reunião, às 16 horas e 35 minutos do dia 09 de abril de 2015, tendo sido lavrada a presente ata que será encaminhada para todos os presentes e após lida e aprovada será assinada por mim, Rita de Cássia Silva Braga, secretária ad hoc, por Aurelino Barros Meira, Presidente do CBHRC e demais presentes.

Jequié, 09 de Abril de 2015.

Rita de Cássia Silva Braga
Secretária ad hoc CBHRC

Aurelino Barros Meira
Presidente CBHRC